

**A UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA E LÓGICAS INSTITUCIONAIS:
OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA UMA AGENDA DE PESQUISA**

CAROLINA CASELLA GALLI

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ (PUCPR)

PAULO OTÁVIO MUSSI AUGUSTO

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ (PUCPR)

Agradecimento à órgão de fomento:

Agradeço à CAPES pelo apoio financeiro que permite minha dedicação neste processo de doutoramento.

A UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA E LÓGICAS INSTITUCIONAIS: OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA UMA AGENDA DE PESQUISA

1 INTRODUÇÃO

Sob a abordagem sociológica do empreendedorismo, a atividade empreendedora tende a ser estudada com relação ao contexto social, aos processos e efeitos a ela associados. O empreendedorismo então pode ser entendido como uma ação intencional no esforço da criação de novas organizações, no estudo de rotinas, inovações, sistemas e demais formas que se relacionam com as instituições sociais, diferindo assim dos estudos desenvolvidos sob as perspectivas da economia e psicologia (RUEF; LOUNSBURY, 2007). Essa diferenciação ocorre porque os níveis de análise extrapolam o indivíduo empreendedor, dando foco às redes interpessoais, estrutura organizacional, especialmente ao ambiente institucional mais amplo. Além disso, busca-se equilibrar aspectos materiais como os financeiros com as dimensões simbólica e cultural que caracterizam a atividade empreendedora, em que se quer entender o empreendedorismo em diferentes contextos, como na saúde, artes, educação, entre outros (RUEF; LOUNSBURY, 2007).

A consideração da importância de contextualizar socialmente a atividade empreendedora, faz pensar, dessa forma, na necessidade de melhor compreender o conceito da universidade empreendedora, principalmente ao olhar para as universidades como essenciais para a sustentação e desenvolvimento da vida contemporânea, dado o contexto de transformações que a educação superior vem enfrentando desde os anos 50 em nível mundial e que vem impelindo a universidade em assumir novos papéis (SCHOFER; MEYER, 2005; GUMPORT; SNYDMAN, 2006; MEYER; BROMLEY, 2013).

Com relação a conceituação e contextualização da universidade empreendedora como propulsora de desenvolvimento social para além do lócus de ensino e pesquisa (RODRIGUES; TONTINI, 1997; ETZKOWITZ *et al.*, 2000; CLARK, 2003; SIEGEL, WRIGHT, LOCKETT, 2007; GUERRERO; URBANO, 2012; ARANHA; GARCIA, 2014; VOLLES; GOMES; PARISOTTO, 2017), a perspectiva das lógicas institucionais pode contribuir para o melhor entendimento do surgimento da universidade empreendedora, bem como das atividades, elementos, aspectos e atores a ela implicados. Isso porque o contexto da educação superior, considerando-se a complexidade institucional, é constituído por múltiplas lógicas (FRIEDLAND; ALFORD, 1991; LOUNSBURY, 2008) em que se faz necessário refletir sobre como essas lógicas podem contribuir para a melhor compreensão da universidade empreendedora, do seu surgimento frente a lógicas suficientemente fortes que sustentem essa nova configuração da universidade, bem como de todas implicações que podem emergir de estudos que articulem ambos assuntos, o tema da universidade empreendedora e a perspectiva das lógicas.

Dessa maneira, este artigo tem como objetivo refletir sobre como o surgimento da universidade empreendedora pode ser compreendido por meio das lógicas institucionais e divide-se, para além das referências bibliográficas, nesta seção de introdução; na segunda seção que aborda as transformações da educação superior bem como a conceituação da universidade empreendedora; a terceira seção que aborda a perspectiva das lógicas e estudos das mesmas com o tema da universidade empreendedora e a quarta e última seção que tece considerações finais e apresenta uma agenda de pesquisa que decorre deste estudo.

2 AS TRANSFORMAÇÕES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA

A educação superior, do ponto de vista global, tem sofrido considerável expansão. A caracterização da sociedade moderna como a sociedade do conhecimento ganhou reforço especialmente com o fim da Segunda Guerra Mundial e se acentuou a partir da década de 1960 quando então permitiu a abrangente expansão da educação superior. (SCHOFER; MEYER, 2005; GUMPORT; SNYDMAN, 2006; MEYER; BROMLEY, 2013). Uma nova configuração de elementos e características passou a ser incorporada pelas organizações em todo mundo, principalmente devido às mudanças na economia, política, no militarismo, na sociedade e que desencadeou um processo de interdependência cultural que se fortificou diante da fragilidade do poder estatal marcado pelo nacionalismo abusivo (MEYER; BROMLEY, 2013). Essa mudança institucional que fortaleceu os valores democráticos, dos direitos humanos e da ciência como base para o desenvolvimento e os discursos inerentes à valorização da cientificidade e da autoridade moral que passaram a ser grandemente utilizados para além das fronteiras ocidentais, podem explicar a considerável expansão mundial do ensino superior (SCHOFER; MEYER, 2005; MEYER; BROMLEY, 2013).

Outra explicação acerca desta expansão está vinculada à globalização; à internacionalização e seus desdobramentos; à massificação da educação superior; à desigualdade de acesso e mudanças na qualidade do ensino; aos processos de privatização e financiamento; ao advento da educação a distância e demais meios tecnológicos que impactaram na informação e na comunicação; ao desenvolvimento da relação universidade e indústria; assim como à expansão da pesquisa e da profissão acadêmica, de acordo com relatório apresentado em 2009 pela UNESCO “Trends in Global Higher Education: Tracking an Academic Revolution”. A grande expansão da educação pelo mundo, nesse sentido, resultou do crescimento do foco no indivíduo como centro da sociedade global em conjunto com o fortalecimento da ciência, extrapolando o ensino básico que passou a ser considerado direito universal e o crescimento da educação secundária (MEYER; BROMLEY, 2013).

A difusão da educação superior pelo mundo, dessa maneira, também afetou países periféricos, não se restringindo apenas às nações mais desenvolvidas, marcando significativamente o crescimento da população universitária e impactando na estruturação das organizações modernas que se alicerçaram, com isso, nas atividades de indivíduos majoritariamente escolarizados (MEYER; BROMLEY, 2013). O crescimento do número de universidades estrangeiras e privadas, segundo Schugurensky (2006), ocorreu principalmente na América Latina, mais especificamente nos anos 1990 e 2000, quando se compara o ocorrido com outras regiões do mundo.

No contexto brasileiro de educação, as instituições públicas e privadas caracterizaram o início do ensino superior que, em grande monta, foi influenciado pelas bases religiosas e filantrópicas de ensino pago, voltado às elites. No entanto, foi nos anos 50 que as universidades públicas tornaram-se gratuitas e voltaram-se ao ensino e pesquisa e, principalmente, foram influenciadas pelo desenvolvimento dos processos de privatizações, ganhando mais autonomia e diversificando-se com relação ao tipo de instituição de ensino superior que se tornariam. Esse processo propiciou grande dispersão no ensino superior brasileiro, caracterizando-o com um pequeno número de instituições de grande porte e um grande aumento no número de instituições de pequeno porte (CHAVES, 2010).

A ocorrência da massificação do ensino, a necessidade de aumentar constantemente a capacidade de abarcar um número cada vez maior de matriculados e as diversas necessidades a eles implicadas mostra que, para além do entendimento das universidades como locomotivas que dão base à sociedade moderna do conhecimento e comunicação, que extrapolam a vida acadêmica, impactando em aspectos

culturais, sociais, econômicos e tecnológicos que cercam pessoas, regiões e nações, é preciso dar foco ao melhor entendimento e desenvolvimento da educação superior. No entanto, para isso, é preciso que se tenham melhores opções e condições para dar ensino e produzir pesquisa de qualidade, o que inclui, necessariamente, buscar e saber utilizar recursos que subsidiem de forma estrutural e econômica o fenômeno de expansão e diversificação da educação superior (ALTBACH *et al.*, 2009).

Essas ponderações que apresentam e explicam as novas configurações e necessidades da universidade moderna não são isentas de críticas, como por exemplo ao que tange uma possível perda de autonomia e até mesmo identidade das universidades frente às transformações a que são intensamente submetidas (SCHUGURENSKY, 2006; MEYER JR; LOPES, 2015). Segundo Schugurensky (2006), é possível chamar a universidade da modernidade de “universidade serviço”, aquela que é empresa, oferece a mercadoria conhecimento e tem alunos como clientes. Para o autor, o processo de transformação que abarca as universidades não é linear e nem mesmo corroborado, pois parte da comunidade científica é resistente com relação a diferentes ideologias e interesses. Outrossim, Schugurensky (2006) aponta que as mudanças vividas pelas universidades não significam que seja mais facilmente atingida melhoria na qualidade do ensino, no que diz respeito às formações moral e intelectual dos cidadãos, por exemplo.

Chamando de cultura managerialista, de forma semelhante Meyer Jr e Lopes (2015) defendem que a expansão dos princípios capitalistas sobre a gestão acadêmica do ensino superior pode interferir na não implicação de conhecimento, ensino e aprendizagem entre outros aspectos éticos das universidades, que para os autores são valores que dão essência a essas instituições de ensino superior. Schugurensky (2006) aponta que a maior transformação ocorrida nos últimos anos na educação superior, em uma perspectiva mundial, é a transição da universidade mais autônoma – livre e autodirigida – para uma universidade heterônoma – mais inclinada a controles e restrições externas -. Para o autor, esse controle está relacionado ao fato das universidades passarem a se comportar mediante às exigências mercadológicas e do Estado, sendo uma expansão de racionalidade corporativa, pelo foco dado à administração, finanças, marketing, relações públicas, entre outros aspectos, fatos como o aumento de orçamentos administrativos diante dos salários pagos aos professores, crises orçamentárias nas universidades públicas, congelamento de cargos, pormenores que para ele evidenciam a consolidação das transformações no ensino superior (SCHUGURENSKY, 2006).

Há, nesse sentido, frente a essas considerações, preocupação com as questões normativas e institucionais implicadas no empreendedorismo acadêmico (YOUNG; BECK, 2005), isso porque autores acreditam que diante de um processo histórico em continuidade, uma lógica institucional de cunho mercadológico – que representaria o empreendedorismo científico -, está pressionando uma lógica de cunho acadêmico – aquela vinculada aos valores tradicionais de ensino e pesquisa -. O reconhecimento da coexistência dessas lógicas no que se refere ao atual contexto da educação superior no mundo, leva ao fato de que é imprescindível compreender melhor a ideia da universidade empreendedora, bem como as atividades a ela relacionadas. É preciso levar em consideração como ocorre de fato essas mudanças e, melhor dizendo, transições de lógicas e, porque não, a coexistência delas, a agência dos atores sejam eles individuais ou coletivos, a configuração e interpretação de demandas institucionais que podem melhor explicar as mudanças ocorridas no contexto da educação superior.

Sabe-se que a ideia da universidade empreendedora surgiu, de acordo com Etzkowitz (1983), nas universidades americanas no final dos anos 70 e início dos anos 80, em um contexto de diferenças entre duas vertentes a respeito da relação das universidades com a indústria. Uma delas foi chamada

expansiva, em que se defendia a interação e atuação dos cientistas acadêmicos na indústria, defendia que fossem criadas empresas, institutos de pesquisa, bem como demais departamentos em que a interação indústria e universidade pudesse se aprofundar; e a outra, chamada restritiva, em que se considerava essa relação estranha à universidade e que apoiava limites mais definidos para esta interação (ETZKOWITZ, 1983).

Etzkowitz (1983) explicou que a ideia de ciência empreendedora não surgiu como uma demanda criada pela indústria mas sim pelos próprios cientistas universitários e da interação dos mesmos com investidores, ao buscarem recursos para aplicação de suas pesquisas. A universidade, desse modo, foi passando a ser vista como fator de produção para as empresas, com o aumento de investimentos e criação de contratos de pesquisa. Por essa perspectiva, a universidade vai deixando de ser uma instituição dependente do Estado, dos alunos e de doações, por exemplo, para ser capaz de empreender e obter recursos de suas próprias atividades de pesquisa (ETZKOWITZ, 1983).

Nesse sentido, a ideia do cientista empreendedor, que inicialmente era muito pejorativa por fazer referência ao professor interessado apenas em obter recursos para suas pesquisas pessoais na universidade, passou a ser entendida como atributo para se fazer ciência e, diante do crescimento da tradição empreendedora na universidade e sua interação com empresas de sucesso, foi emergindo cada vez mais uma relação integrada entre indústria e universidade, que foi denominada de “segunda revolução” (ETZKOWITZ, 1998). A “segunda revolução” do final dos anos 90 associava desenvolvimento econômico e social como partes da missão da universidade e estava a continuar a chamada “primeira revolução”, que faz referência aos Estados Unidos do final do século XIX onde a pesquisa se tornava também função acadêmica, além da tradicional prática de ensinar. Dessa forma, pela chamada “segunda revolução”, o desenvolvimento econômico passou a integrar a atividade acadêmica, juntamente com o ensino e a pesquisa, em que a universidade passou também a ser vista como um ator econômico por si mesmo (ETZKOWITZ, 1998).

Para Etzkowitz *et al.* (2000), a universidade empreendedora se fortaleceu na estruturação e alinhamento entre pesquisa, ensino e desenvolvimento econômico, em um modelo de empreendedorismo que se funda principalmente na inovação do próprio ensino das universidades. Os autores explicam, dessa forma, que a configuração da universidade empreendedora passou a incluir o que chamam de “terceira missão” às suas funções tradicionais de ensino e pesquisa, dando foco para a melhoria do desempenho econômico, levando também em consideração os âmbitos regional e/ou nacional (ETZKOWITZ *et al.*, 2000).

Neste contexto, os autores utilizam o conceito de hélice tripla (Leydesdorff; Etzkowitz, 1999) para explicar a nova configuração da universidade empreendedora e sua “terceira missão”. A hélice tripla diz respeito à relação entre universidade, indústria e governo, mostrando que novas forças institucionais surgem nos sistemas de inovação, já que a universidade como detentora da produção e disseminação desse conhecimento, passa a ter maior influência sobre a inovação, do que a própria indústria ou o governo (ETZKOWITZ *et al.*, 2000).

Essa nova forma de produção, uso e compartilhamento de conhecimento explicada pela hélice tripla implica em quatro processos, segundo Etzkowitz *et al.* (2000): a transformação interna de cada hélice; a influência de uma esfera institucional sobre outra; a criação e sobreposição de novas redes entre as hélices e, por último, o efeito recursivo dessas redes interinstitucionais. Esses processos se referem, por exemplo, à formação de alianças estratégicas entre as empresas e universidades; à revisão de propriedades intelectuais e suas regras que visem o benefício das universidades; à criação e reprodução de redes que melhorem os acordos estabelecidos, entre outras atividades que, de maneira geral,

representem a universidade, o governo, a indústria e, com isso, as esferas sociais (ETZKOWITZ *et al.*, 2000).

De acordo com Rodrigues e Tontini (1997), diante do ambiente competitivo entre as organizações e a busca cada vez mais acirrada por alta qualidade, mais aplicabilidade de produtos e serviços e preços justos, a universidade como aquela que fornece conhecimentos e tecnologias por meio da formação educacional dos indivíduos se torna ainda mais responsável por promover novas competências e, com isso, aumentar o impacto positivo no bem-estar da sociedade de maneira geral. O senso empreendedor da universidade reside, segundo os autores, na capacidade da universidade criar, desenvolver e mudar, produzir e transferir tecnologias, para assim gerenciar seu sistema de funcionamento por quatro eixos, a pesquisa, o ensino, a extensão e a tecnologia. Os autores se referem à necessidade de uma mudança estrutural na universidade, o que chamam de flexibilização do sistema de pesquisa baseada no foco pelo desenvolvimento e transferência de tecnologia, em que a universidade passaria então a ser condutora de evolução econômica e social (RODRIGUES; TONTINI, 1997).

As mudanças que as universidades podem sofrer para se tornarem empreendedoras se referem, para os autores, à estrutura, produtividade, impacto, qualidade, à orientação da pesquisa para indústria, ao estabelecimento de condições e políticas adequadas, e ao conhecimento de suas forças institucionais. Com relação à estrutura, a universidade deveria flexibilizar sua gestão na ideia de um estruturalismo gerencial em detrimento a um estruturalismo organizacional. Em outras palavras, as universidades precisariam considerar suas idiosincrasias e forças internas, com a ideia de um modelo híbrido, ao integrar diferentes funções por meio de processos de especialização e diversificação. Os autores pontuam características distintivas que a universidade empreendedora deve ter: alinhamento da universidade com uma estrutura externa, realizando pesquisa de caráter multidisciplinar associada às funções de unidades externas; tornar-se mais efetiva, produtiva e flexível por meio de integração e diversificação – educação, pesquisa, extensão, produção e transferência de tecnologia -; constituir uma forte ligação com a comunidade externa a que está inserida, disponibilizando os resultados das pesquisas de forma espontânea, buscando estar a par das ocorrências na ciência, tecnologia, na indústria, sendo uma exploradora e desenvolvedora de oportunidades (RODRIGUES; TONTINI, 1997).

Com relação à produtividade, ao impacto, à qualidade, à orientação da pesquisa para a indústria e à construção de condições e ao conhecimento das forças institucionais, a universidade empreendedora deve trabalhar sob a relação ciência e tecnologia com estratégias, estruturas e comportamentos em função da capacidade de produzir e disseminar conhecimentos, produtos e processos que de alguma forma contribuam para com a sociedade, avançando barreiras institucionais, sendo não apenas disseminadora mas também geradora. Essas barreiras institucionais podem ser quebradas, por exemplo, quando existe vontade política para mudança, quando estrutura e estratégia se aliam à orientação para pesquisa. Melhor dizendo, a universidade deve ter uma visão macro do que se quer, definindo objetivos, criando visibilidade e sendo capaz de responder ao mercado (RODRIGUES; TONTINI, 1997).

No trabalho de Clark (2003) foi explicado como aconteceram processos de transformação institucional em universidades europeias, por meio de pesquisas empíricas derivadas de estudos de casos e análise de narrativas, com o objetivo de entender o desenvolvimento da autonomia dessas universidades, no tornar-se empreendedoras, especificamente no final da década de 90 em que se acompanhou os períodos da transformação e sustentabilidade dessas universidades. Foram apresentados conceitos como estado estável de mudança e burocracia de mudança, além de três dinâmicas a essa mudança relacionadas, o reforço da interação entre elementos transformadores, o momento perpétuo

que resulta da constante ocorrência de acúmulos incrementais e a volição ambiciosa, que é entendida como elo coletivo e institucional da universidade (CLARK, 2003).

Os estudos de Clark (2003), que incluem achados em seus livros e outros artigos publicados, apontam para cinco categorias que foram desenvolvidas a respeito da criação de universidades empreendedoras. O autor fala então sobre uma base de financiamento que deve ser reforçada, sobre um núcleo de direção reforçado, uma periferia de desenvolvimento que deve ser expandida, o que ele chama de coração acadêmico estimulado, e uma cultura empreendedora integrada. Quando fala em base de financiamento diversificada, o autor explica sobre a necessidade da universidade empreendedora se sustentar financeiramente e, por isso, discute fluxos de renda que são essenciais, como um ministério ou departamento governamental, conselhos ou fundos de pesquisa com base governamental e outras fontes relacionadas ao setor privado, assim como fundações filantrópicas, por exemplo, também a doação de ex-alunos, a arrecadação interna com o oferecimento de diversos serviços dentro do campus. Com essas considerações o autor quer deixar claro que ao diversificar as fontes de arrecadação de recursos, a universidade empreendedora constrói e sustenta ciclos viciosos de geração de renda, tornando-se um determinante básico para constituir pro atividade. Isso porque, como bem destaca o autor, é preciso que as universidades modernas criem consciência dos múltiplos e inconstantes interesses dos governos, que muitas vezes não priorizam a educação, como ocorreu no final do século XX em que o apoio financeiro às universidades caiu de maneira significativa (CLARK, 2003).

É interessante que uma das considerações deste trabalho é a ideia de uma burocracia crescente ao passo que a universidade se torna empreendedora. No entanto, explica-se que essa burocracia se difere da antiga, isto é, aquela imposta pelo Estado. A nova burocracia é orientada para a mudança, para estimular iniciativas, em que os esforços das unidades periféricas e centrais da universidade se unem a sistemas externos, onde a diversificação de renda alimenta a formação de novas pessoas que lideram compromissos dentro e fora das universidades. Essa burocracia formada pela interconectividade de elementos na prática, o autor chamou de burocracia de mudança, ou seja, estado estável de mudança. De acordo com Clark (2003), em universidades empreendedoras de sucesso o que se sustenta é a capacidade de estar em contínua mudança.

Esses caminhos de transformação apontados e que se estendem ao longo do tempo por meio da interação contínua de elementos podem ser entendidos em três dinâmicas que foram constatadas empiricamente no trabalho do autor, o que ele chamou de a dinâmica de reforçar a interação – que se refere aos elementos de transformação que reúnem e equilibram diferentes interesses e que se tornam elementos de sustentabilidade ao passo que se interligam e reforçam uma nova forma organizacional -; a dinâmica do impulso perpétuo – que aborda a visão incrementalista da mudança organizacional como essencial, quando os elementos de transformação se tornam elementos de sustentabilidade e impulsionam a universidade para o futuro -; e a dinâmica da volição colegial ambiciosa – que se refere ao compromisso determinado de decidir e desenvolver práticas rumo às mudanças que se quer ver acontecer, melhor dizendo, é a vontade de assumir riscos e ser pro ativo, escolhendo tomar decisões difíceis -. Essas dinâmicas então, que caracterizam as universidades que empreendem de forma sustentável ao longo do tempo, podem ser entendidas como a interação dos elementos de transformação e sustentabilidade resultantes da volição e dos meios institucionais que constituem as volições, o que, em outras palavras, traz a agência intencional como centro do processo empreendedor na universidade (CLARK, 2003).

No trabalho de Siegel, Wright e Lockett (2007) foi feita uma avaliação de como estudos sobre empreendedorismo nas universidades têm aumentado ao longo dos anos, especialmente com relação às

implicações organizacionais e sociais resultantes desse processo. Os autores apontam, assim como em outros estudos aqui citados, sobre a necessidade das universidades repensarem sua estrutura e práticas organizacionais frente à ascensão do empreendedorismo acadêmico. A transferência de tecnologias, a comercialização de propriedades intelectuais e a criação de novas carreiras para os membros das universidades são pautas que merecem crescente atenção. Nesse sentido, por ser um assunto interdisciplinar de acordo com os autores, é preciso olhar para estudos originários da economia, sociologia, gestão como fontes de teorias e métodos que incrementem o conhecimento sobre a universidade empreendedora (SIEGEL; WRIGHT; LOCKETT, 2007).

Pelos achados dos autores, trabalhos que discutem o tema das universidades com transferência de tecnologia, por exemplo, evidenciam que os arranjos institucionais impactam na forma como a tecnologia é transferida da universidade para a indústria e destacam a importância de se entender como o cenário institucional interfere no comportamento dos atores bem como nos resultados sociais. Além disso, sobre as empresas *spin-off*, estudos identificaram como a relação da universidade detentora das chamadas empresas derivadas com a matriz da organização a que se relaciona pode influenciar fortemente o processo de transferência de tecnologia entre ambas. Outrossim, sobre os empreendedores acadêmicos, estudos apontam que muitas universidades perdem boas oportunidades de transferência de tecnologias quando a gestão acadêmica não se atenta a estudantes talentosos, perdendo assim possibilidades de fortalecimento do empreendedorismo acadêmico. Também pesquisas sobre atividades empreendedoras nas universidades devem ocorrer de forma multidisciplinar, haja vista o caráter dinâmico que o empreendedorismo acadêmico possui em abordar sobre subtemas como a universidade pesquisa, a criação de novas empresas, os escritórios de transferência de tecnologia, como também as redes de inovação (SIEGEL; WRIGHT; LOCKETT, 2007).

Com relação às implicações gerenciais e políticas do fortalecimento da ideia da universidade empreendedora, os autores apontam que as universidades e suas políticas precisam reconhecer a heterogeneidade das empresas, com relação à criação e desenvolvimento, estabelecendo como alternativa, por exemplo, modelos diferenciados de incubadoras. Ademais, como também explicada no estudo de Clark (2003), a relevância de conhecer as lacunas econômicas e diversificar financiamentos. Outrossim, trabalhos mostram que o engajamento de pesquisadores em atividades empreendedoras aumenta a produtividade de publicações e que mais tempo e esforço são dispendidos em pesquisas de diferentes áreas. Nesse sentido, aponta-se que mais esforços devem ocorrer com o intuito de incentivar acadêmicos a se envolverem nas atividades empreendedoras da universidade, especialmente no que se refere aos sistemas de remuneração e promoção, distribuição de *royalties*, como formas importantes para recrutar e reter cientistas. Os autores também mostram que estudos devem dar mais atenção para aspectos regionais que envolvem a universidade, é preciso mapear a influência da mesma em seu ambiente a fim de que se estabeleçam da melhor maneira possível as relações com a indústria local e/ou regional. Assim como a natureza da região a que a universidade pertence, as autoridades locais também implicam força sobre a ligação entre universidade e indústria, principalmente sobre o desenvolvimento de redes e parcerias (SIEGEL; WRIGHT; LOCKETT, 2007).

Segundo Guerrero e Urbano (2012), nos últimos anos o tema da universidade empreendedora vem mostrando oportunidades de pesquisas que podem ser relevantes para o conhecimento de boas práticas, estratégias, soluções e direcionamento não só para as universidades, mas também para autoridades e gestores políticos. Entretanto, os autores afirmam que há uma tendência da maioria dos estudos se desenvolverem como estudos de caso e que há certa ausência de arcabouço teórico robusto para compreender melhor as relações entre os fatores que dão condições para o desenvolvimento das

universidades empreendedoras. Para os autores o fator mais crítico desta percepção está relacionado ao entendimento do empreendedorismo acadêmico, especialmente porque em cada comunidade a que a universidade pertence existem diferentes fatores que se combinam e resultam em diferentes coisas, como por exemplo, diferentes tipologias, universidades que não são tão tecnológicas, que possuem áreas mais desenvolvidas que outras, diferentes métodos de ensino, entre outras condições (GUERRERO E URBANO, 2012).

Assim como os demais autores aqui citados, Guerrero e Urbano (2012) apontam que a universidade que quer ser empreendedora deve desenvolver novas estrutura e estratégias para se voltar à experiência de empreender e, nesse sentido, pesquisas futuras devem olhar para diferentes universidades e acompanhar temporalmente a evolução do processo empreendedor. Outra consideração é explorar novas regiões, bem como a combinação de fatores formais que podem interferir no processo empreendedor, como legislações específicas, incentivos governamentais, iniciativas inovadoras, como também aspectos informais, relacionados à dinâmica social em que ocorre a aceitação e incentivo ao empreendedorismo acadêmico (GUERRERO E URBANO, 2012).

O empreendedorismo acadêmico, dessa maneira, possibilita uma nova abordagem para que gestores acadêmicos melhor entendam os novos aspectos e elementos que caracterizam a universidade moderna, especialmente quando se pensa na universidade empreendedora que busca criação de valor, inovação e reconhecimento de oportunidades de maneira geral (ARANHA; GARCIA, 2014). Com relação à aplicação de modelos, no trabalho de Volles, Gomes e Parisotto (2017), faz-se um alerta para que modelos sobre as dimensões da universidade empreendedora sejam reaplicados em outras universidades, verificando-se a intensidade que atividades empreendedoras acontecem em cada contexto. Para Gimezez (2017), o tema da universidade empreendedora ainda é pouco estudado se comparado aos diversos temas que perpassam o Empreendedorismo, e que merece mais atenção e aprofundamento. De acordo com Ruef e Lounsbury (2007), a concepção sociológica do empreendedorismo não ganhou força como outras, a sociologia econômica, por exemplo, um dos motivos pelos quais se faz pensar na necessidade de explorar o processo empreendedor em diferentes contextos socioculturais, sendo o empreendedorismo acadêmico um forte meio para desenvolver esta abordagem.

No que diz respeito às redes interinstitucionais, para além do entendimento do modelo de hélice tripla, de acordo com Abreu *et al.* (2016), os estudos sobre empreendedorismo ainda precisam avançar bastante no que tange o conhecimento dos ambientes institucionais e seus arranjos, melhor dizendo, nas pesquisas sobre universidades e suas atividades empreendedoras. Para os autores, é preciso olhar mais para os acadêmicos e suas atividades, já que normalmente os estudos estão focados nas atividades dos docentes. Outrossim, apontam para que estudiosos institucionais olhem para a interação entre os níveis individual e organizacional de análise, especialmente para dar conta da complexidade social que o tema da universidade empreendedora oferece. Outra consideração, é de que pesquisas futuras devem olhar para as atividades empreendedoras de universidades bem como seu impacto no desenvolvimento social e econômico em diferentes contextos geográficos, e também avançar nas pesquisas de multi-nível explorando o estudo das instituições ao se aprofundar em pesquisas qualitativas e sistemáticas, por exemplo (ABREU *et al.*, 2016).

Corroborando com Abreu *et al.* (2016), Fini e Toschi (2015) afirmaram em seu estudo que pesquisas sobre empreendedorismo e contexto institucional ainda são muito poucas, principalmente no que se refere à educação superior. Mas, no trabalho de Thornton, Ocasio e Lounsbury (2011), por sua vez, foram associados os ambientes institucional e cultural com as atividades de empreendedores,

explicando especialmente que, estes últimos, sendo indivíduos ou atores coletivos, agem de acordo com o ambiente institucional e, por isso, agem de forma diferente ao buscar atender seus interesses e implementar seus projetos (THORNTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2011).

Essas considerações – sobre a relação entre universidades empreendedoras e ambientes institucionais -, no caso do contexto da educação superior, guardam, nesse sentido, o entendimento de que o campo da educação superior caracteriza-se por agrupar múltiplas lógicas institucionais, especialmente ao se considerar os múltiplos interesses dos atores que agem no campo – como o governo, as profissões, o setor econômico, demais grupos socialmente organizados -, ora respondendo ao ambiente, ora atuando sobre ele. Dessa forma, faz-se relevante entender, a partir das lógicas institucionais, como é possível utilizá-las enquanto perspectiva teórica para melhor compreender o surgimento e desenvolvimento da universidade empreendedora, bem como as atividades a ela implicadas.

Isso posto, o tópico que segue tem como objetivo apresentar o conceito das lógicas institucionais bem como uma breve relação que esta perspectiva teórica tem constituído com o tema da universidade empreendedora.

3 LÓGICAS INSTITUCIONAIS E A UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA

Lógicas institucionais são um conjunto de significados socialmente compartilhados que justificam as decisões organizacionais dentro de um dado contexto social e, por isso, possuem significado tanto simbólico quanto material (THORNTON, 2004). As lógicas constroem e habilitam a capacidade de agir e a ação cognitiva dos indivíduos, de acordo com práticas e regras institucionais (THORNTON; OCASIO, 2008). A ideia das lógicas institucionais, dessa forma, é usada para colocar foco sobre o conteúdo e significado das instituições e como estes fatores interferem na agência dos indivíduos e nas organizações em determinado campo.

No trabalho de Jackall (1988), as lógicas institucionais são mencionadas como sendo um conjunto de regras, prêmios e sanções que são criados e recriados pelos indivíduos em dado contexto (p. 112). Nesse sentido, as lógicas fornecem orientações, funcionando como guias, sobre como se deve agir em determinada situação (GREENWOOD *et al.*, 2011).

A perspectiva das lógicas institucionais aponta que qualquer contexto está sujeito a ser influenciado pelas lógicas mesmo sendo a sociedade composta por diferentes setores (THORNTON; OCASIO, 2008). As lógicas, então, funcionam como filtro para os gestores, direcionando a ação dos mesmos nas organizações em dado campo organizacional.

Por meio da abordagem das lógicas institucionais é possível entender a maneira pela qual indivíduos e organizações, bem como seus aspectos estáveis e dinâmicos, estão relacionados às instituições. Posto isso, é possível que o argumento mais importante da abordagem da lógica institucional seja que os valores dos indivíduos, seus interesses e até mesmo suas identidades, assim como das organizações, estejam ligados às lógicas (THORNTON; OCASIO, 2008).

De acordo com Friedland e Alford (1991), autores que cunharam o conceito de lógicas institucionais, a existência de instituições possivelmente contraditórias que orientam as preferências individuais e os interesses organizacionais, implicam na existência de múltiplas lógicas pelas quais estão sujeitos os indivíduos e as organizações. Nesse sentido, as relações institucionais da sociedades podem ser transformadas quando essas contradições são exploradas (FRIEDLAND; ALFORD, 1991) e, por isso, a incompatibilidade de lógicas leva, impreterivelmente, a dificuldades e tensões para as organizações expostas a elas (GREENWOOD *et al.*, 2011).

Segundo Lounsbury (2008), as múltiplas lógicas possuem a capacidade de criar novas práticas à medida que servem de guias cognitivos para os indivíduos, o que pode acarretar em interpretações divergentes que podem produzir novas lógicas e até mesmo o hibridismo das mesmas. Da mesma forma, Thornton, Candance e Kenneth (2005) reconheceram a possibilidade do hibridismo das lógicas quando apontaram que em ambientes de lógicas conflitantes foi possível perceber a existência de elementos que contemplam tanto uma lógica quanto outra, alertando ainda para o trabalho dos gestores em tomar decisões e justificá-las frente a esse contexto.

Essas reflexões alertam para como é importante entender de que maneira a complexidade institucional se desdobra ao longo do tempo, ao saber que ela sempre se reconfigura e cria constantemente situações diferentes que as organizações precisam responder (GREENWOOD *et al.*, 2011).

Um trabalho que elucida esta última consideração, é o estudo feito por Bjerregard e Jonasson (2014). Os autores apontaram para a necessidade de olhar uma ontologia social que considerasse e entendesse as instituições como mutáveis, instáveis, na ideia de um contínuo “*becoming*”, um tornando-se que permitiria explicar então a complexidade institucional que caracteriza a vida cotidiana, melhor dizendo, o trabalho institucional, *institutional work* da vida cotidiana. Nesse estudo, Bjerregard e Jonasson (2014) alertaram para a necessidade de mais pesquisas teóricas e empíricas a respeito de como organizações podem sustentar contradições institucionais ao longo do tempo, a fim de que seja possível entender melhor como essas contradições são geridas no cotidiano das organizações. Para os autores, poucos estudos têm explorado a complexidade do trabalho cotidiano bem como a forma como duas ou mais lógicas institucionais coexistem e se mantêm em equilíbrio. O estudo, dessa forma, mostrou que o *institutional work* envolve e é realizado pelos atores e varia muito conforme a dinâmica implicada pelas instituições contraditórias (BJERREGARD; JONASSON, 2014), o que traz a discussão sobre pensar nas instituições por meio de uma ontologia alternativa, que permite estudos com foco na instabilidade institucional frente à tradicional concepção da instituição duradoura e permanente.

A perspectiva das lógicas institucionais, dessa forma, parece promissora para melhorar o entendimento da universidade empreendedora e suas atividades, tema debatido na literatura no que se refere à divisão existente entre críticos e apoiadores, mas que ainda carece de mais estudos quando relacionada à abordagem institucional na educação superior (FINI; TOSCHI, 2015), principalmente pela necessidade de se considerar outras ordens sociais que afetam a ação empreendedora.

Além disso, pesquisas que utilizam lógicas podem melhor contribuir para a conceituação, contextualização e compreensão do surgimento e desenvolvimento da universidade empreendedora e suas atividades, além de suscitar novas oportunidades de se pensar o empreendedorismo, já que a perspectiva das lógicas permite que a ação do empreendedor seja contextualizada na estrutura social, melhorando a forma de se teorizar sobre o tema, aspecto que não aparece com facilidade na literatura tradicional sobre empreendedorismo.

Tendo isto, exemplos de estudos que aliam o tema empreendedorismo nas universidades com a perspectiva das lógicas institucionais podem ser encontrados nos trabalhos de Fini e Toschi (2015); Camarero (2017); Berman (2012) e Pruiskén (2017), por exemplo. Dada a chamada de Greenwood *et al.* (2008) sobre a necessidade de mais estudos que respondam às questões organizacionais a partir da abordagem institucionalista, especialmente no que diz respeito ao melhor entendimento de como os aspectos cognitivos se reproduzem em diferentes contextos, e Ruef e Lounsbury (2007) sobre mais estudos com uma abordagem sociológica do empreendedorismo, pesquisadores optaram por estudar a

ação das instituições na atividade empreendedora, como Thornton et al. (2011). Mesmo assim, estudos sobre o efeito da ação empreendedora e sua implementação ainda são limitados (FINI; TOSCHI, 2015).

Aproveitando esta chamada, Fini e Toschi (2015) estudaram como as intenções empreendedoras corporativas foram difundidas de formas diferentes por empreendedores acadêmicos e não acadêmicos. Os autores sugeriram que os aspectos cognitivos eram influenciados de maneiras diferentes quando em contato com lógicas também diferentes, o que implicava, conseqüentemente, no comportamento dos empreendedores.

Para Fini e Toschi (2015), a contribuição para a literatura das lógicas está no fato dos resultados encontrados corroborarem com a ideia de que os empreendedores – a respeito de empresas recém criadas -, voltaram seu foco para aspectos que caracterizavam o contexto institucional do qual estavam inseridos. Os empreendedores acadêmicos – guiados pela lógica acadêmica (aquela que opera segundo um conjunto de normas voltadas para o ensino, pesquisa e esforços de comercialização) -, se apoiavam no desenvolvimento de fatores que se alinhavam à sua identidade como acadêmico, bem como à lógica acadêmica. Para os autores, outro apontamento importante do estudo se refere ao poder mostrar que a ação empreendedora não flui necessariamente do empreendedor, mas também da interação entre várias dimensões caracterizadas pela lógica para ele predominante. Uma explicação para esta interação pode residir nos estudos de Clark (2003), no que se refere à interconectividade dos elementos na prática que acabam por constituir o chamado estado estável de mudança, de onde três dinâmicas originadas explicam a constituição e sustentabilidade da universidade empreendedora ao longo do tempo. Além disso, o estudo sugere que pesquisas futuras podem reproduzir o estudo realizado levando em consideração contextos maiores, o que implica maior variedade institucional e ambiental (FINI; TOSCHI, 2015).

No trabalho de Camarero (2017), a ideia proposta verificou os resultados do trabalho de Fini e Toschi (2015) de forma muito semelhante. A autora propôs que a lógica dominante da coexistência entre as lógicas acadêmica e comercial estabeleceu, no contexto de uma incubadora de empresas universitárias, o grau de ênfase na assistência pessoal, empresarial e até mesmo no treinamento em rede realizados pela incubadora, o que, conseqüentemente, determinou o bom desempenho do processo de incubação (CAMARERO, 2017).

Explicando sobre o contexto de transformações que as universidades sofreram pelo mundo, no que diz respeito à busca pela “terceira missão” (ETZKOWITZ *et al.*, 2000), de acordo com Camarero (2017) as universidades passaram a criar incubadoras de empresas universitárias, isto é, empresas criadas por graduados, vinculados de alguma forma ao ensino superior, no intuito de criar um elo entre a academia e o contexto de negócios baseados em tecnologia. No entanto, para a autora, estudos que evidenciem a forma como as relações eram construídas entre os gerentes da incubadora, os empreendedores incubados e demais atores, ainda são escassos na literatura sobre o tema (CAMARERO, 2017).

Dessa forma, estudando o contexto de incubadoras caracterizado pelas relações construídas entre universidades e empresas e diante das lógicas acadêmica e comercial, o estudo de Camarero (2017) apontou que a lógica dominante para o gestor influenciava na sua gestão, com relação às competências e habilidades que eram tidas como essenciais para as empresas. Além disso, o estudo mostrou que quando esforços eram realizados em torno de treinamentos para os incubados, de acordo com uma lógica ou outra, foram produzidos resultados a favor de determinada lógica. Outrossim, a autora notou que gestores que possuíam experiências relacionadas tanto à lógica acadêmica quanto à comercial e agiam em conformidade a um certo hibridismo das mesmas, conseguiram otimizar o trabalho realizado nas

incubadoras. Feitas essas considerações, Camarero (2017) sugere que estudos futuros busquem analisar longitudinalmente como uma determinada lógica pode evoluir para uma lógica comercial em incubadoras acadêmicas, dando foco temporal à pesquisa, tanto no período de incubação como nos anos posteriores à saída das empresas. (CAMARERO, 2017).

No artigo de Pruisken (2017), a pesquisa realizada se deu no contexto do ensino superior alemão, mais precisamente sobre o processo de fusão voluntária ocorrido entre uma universidade alemã e um centro de pesquisa, especialmente com foco em duas lógicas institucionais que caracterizavam o campo acadêmico da Alemanha no período pós Segunda Guerra Mundial, as lógicas denominadas de planejamento corporativista e de competição organizacional (PRUISKEN, 2017).

O contexto de fusão voluntária descrito no estudo foi marcado, segundo Pruisken (2017), por uma crescente crítica ao centro de pesquisa - pelo aumento do alinhamento entre as duas organizações, pela valorização da ideia da universidade empreendedora, e também pelo objetivo de restaurar a alta segmentação do sistema -. De acordo com a autora, o período pós fusão, como esperado, foi caracterizado pela busca do equilíbrio em atender às demandas de diferentes atores, incluindo o governo e de certo modo a sociedade (PRUISKEN, 2017).

Pelo estudo, o que ficou evidente foi o surgimento de uma nova lógica como advinda de um processo dinâmico em que as críticas dos atores envolvidos desempenharam papel importante, a partir da reformulação constante de problemas e soluções. Além disso, para a autora, o processo de fusão baseado nas duas lógicas, originalmente contraditórias, mostrou que foram criadas estruturas para coordenar e auxiliar na cooperação entre grupos de pesquisa, em que criavam-se regras de aceitabilidade, onde os elementos tanto da universidade quanto do centro de pesquisa anteriores à fusão prevaleceram (PRUISKEN, 2017).

Os achados de Pruisken (2017), no que se refere ao processo dinâmico formado pelas críticas dos atores envolvidos no processo de fusão, podem remeter ao trabalho de Clark (2003), quando este fala sobre a importância de estudar narrativas: *“Just as a picture can be worth a thousand words, an institutional narrative can be worth a thousand statistics”* (CLARK, 2003, p. 100). Ademais, os achados de Pruisken (2017) também reforçam a importância da constituição de estruturas que deem conta da nova configuração da universidade, como colocado nos estudos de (RODRIGUES; TONTINI, 1997; SIEGEL; WRIGHT; LOCKETT, 2007; GUERRERO; URBANO, 2012).

Também estudando educação superior mas no contexto do ensino superior americano, Berman (2012) estudou como uma lógica institucional alternativa, isto é, não predominante em determinado campo, pôde ganhar força quando mudanças ou inovações externas interferiram no ambiente interno da universidade, isso nos Estados Unidos do final dos anos 70 e início dos anos 80, com o crescimento das atividades empreendedoras (BERMAN, 2012).

O argumento da autora se baseou na ideia de que uma lógica institucional alternativa pode ganhar força mesmo quando não há um esforço intencional para fazê-lo. Isso porque, de acordo com Berman (2012), práticas baseadas em uma variedade de lógicas externas chegam até os atores que, de certo modo, passam a agir em conformidade com alguma ou várias delas, motivados por mudanças ou inovações externas (BERMAN, 2012).

Nesse sentido, as inovações baseadas em lógicas alternativas, melhor dizendo, fracas diante de determinada lógica predominante, dificilmente se tornam práticas institucionalizadas, já que por não serem legitimadas, não garantirão recursos para que possam se reproduzir continuamente. No entanto, mudanças externas de cunho político ou até mesmo tecnológico podem, em alguma monta, remover barreiras e promover recursos para o fortalecimento dessas práticas, isso, lembrando, sem

necessariamente um esforço intencional para fazê-lo (BERMAN, 2012). A importância atribuída por Berman (2012) aos elementos políticos aparece também como determinante do processo empreendedor em Rodrigues e Tontini (1997), neste como vontade política para mudança que, em Berman (2012), não há necessariamente esforço intencional; e também no trabalho de Clark (2003).

Berman (2012), dessa maneira, explica que o foco nas práticas surgiu como alternativa para dar explicações ao empreendedorismo institucional e que muitos estudos ainda podem contemplar a institucionalização de inovações, o foco em lógicas alternativas, os caminhos que permitem a institucionalização, a investigação de crises e choques, bem como de mudanças sutis e graduais, levando em consideração ambientes regulatórios, além de estudos que expliquem de fato os elementos que permitem a competição e a coexistência de lógicas – como, de acordo com a autora, é o caso da ciência nos últimos 20 anos -.

Com o visto, os estudos desses autores mostram como há uma variedade de contextos em que pode ser explorada a relação entre o empreendedorismo nas universidades e a perspectiva das lógicas institucionais, especialmente porque estas oferecem um arcabouço teórico que, de maneira sistematizada, pode contribuir com a melhor contextualização das universidades empreendedoras, no que envolvem questões institucionais para além da economia, cultura, espaço geográfico e demais idiosincrasias que as universidades apresentam em todo mundo. Essas pesquisas apontam, então, para a necessidade da literatura olhar para esta relação, já que tanto para uma temática quanto para outra, as oportunidades de pesquisa são extensas, no que se refere a conceitos, aspectos e elementos que podem ser melhor explicados e, assim, compreendidos.

Isto posto, o tópico que segue apresenta as considerações finais e propõe uma agenda de pesquisa para este estudo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E AGENDA DE PESQUISA

Diante das transformações ocorridas na educação superior a partir da segunda metade do século XX, as universidades foram implicadas em repensar a forma de se organizar e atender às demandas institucionais que se modificavam com o aumento da complexidade do campo, com relação à era do conhecimento e da comunicação, o aumento da quantidade de alunos e, para além disso, obtenção de recursos para que se reconfigurasse uma nova estrutura do ensino superior.

Nesse sentido, a universidade empreendedora, mesmo sujeita a contrariedades por parte de alguns pesquisadores e defendida por outra parcela deles, surgiu como uma forma de reconfiguração das universidades para atenderem suas necessidades em resposta a ampliação do lócus de ensino e pesquisa e também para acompanhar as transformações tecnológicas, econômicas, culturais e sociais a que a educação superior passara a se submeter.

Dado esse contexto de complexidade institucional, as universidades apresentam-se envoltas por diversas lógicas institucionais que, com elas, carregam uma série de atributos, elementos e princípios reguladores que misturam-se em interesses, valores, objetivos, problemas, práticas e demais aspectos que precisam ser melhor compreendidos a fim de que a universidade opere e se desenvolva de forma eficaz.

Para tanto, estudando a literatura sobre universidade empreendedora e a perspectiva de lógicas, este artigo sugere algumas oportunidades de pesquisas que emanam dessa discussão. Primeiramente, é preciso pensar na complexidade institucional como inerente aos ambientes institucionais e que, por natureza, contém múltiplas lógicas que quando reconhecidas e entendidas, podem ajudar a melhor conceituar, situar e contextualizar a universidade empreendedora.

Além disso, considerar as diferentes lógicas, bem como a predominância, o conflito e a coexistência das mesmas é importante mas, mais precisamente, buscar reconhecer em que grau essa compatibilidade ou falta dela acontece, já que reconhecer as lógicas que atuam em determinada universidade, possibilita uma melhor resposta das mesmas às demandas institucionais crescentes e constantes no contexto da educação superior.

Uma terceira consideração é que pesquisas que considerem diferentes regiões e países também contribuirão com a melhor caracterização do ambiente institucional da universidade, o que corrobora com a identificação das lógicas e melhores entendimentos a respeito das atividades empreendedoras e caracterização dos atores que buscam empreender nessas universidades.

Parece válido que oportunidades de pesquisas sobre lógicas e universidades empreendedoras também podem vir a agregar outros conceitos que talvez ajudem na formulação de explicações a respeito de mudanças nos contextos internos e externos às universidades, como por exemplo no trabalho de Berman (2012), que olhou para a mudança de lógica independente da ação do empreendedor e, especialmente, para práticas do ambiente externo que muitas vezes foram responsáveis pelo fortalecimento de uma lógica alternativa frente à lógica predominante naquele contexto. No trabalho de Berman (2012) as práticas foram utilizadas como forma para entender de fato como as lógicas podem coexistir e caracterizar um ambiente institucional em determinado espaço de tempo.

Uma quinta sugestão aborda que pesquisas que visam tratar o tema da universidade empreendedora por meio da perspectiva de lógicas institucionais devem se atentar a explorar aspectos que a própria literatura de empreendedorismo têm dificuldades em abordar, especialmente com relação ao ambiente institucional, já que a abordagem das lógicas pode oferecer um arcabouço teórico robusto para realizações de pesquisas sistematizadas que contribuam para ambos os temas pesquisados.

Com relação à própria literatura de lógicas, autores apontam para a necessidade de estudar em profundidade como organizações vem lidando com contradições institucionais, ao levar em consideração a natureza complexa das instituições, pensando em formas alternativas de entender a coexistência de lógicas divergentes, por exemplo, para além da natureza estável da instituição (BJERREGARD; JONASSON, 2014).

Outra consideração é sobre o reduzido número de estudos sobre abordagem institucional na educação superior e universidades empreendedoras. É preciso, nesse sentido, pesquisas que abordem outras ordens sociais no que se refere a ação empreendedora, buscar maior variedade institucional e, além disso, pensar em outras fontes de mudanças que não somente aquelas centralizadas na figura do empreendedor (FINI; TOSCHI, 2015). Outrossim, pesquisas futuras também podem escrever sobre a necessidade de reconhecer a criação de novas lógicas a partir de processos dinâmicos de reformulações constantes de aspectos que perpassam o dia-dia das universidades e organizações (PRUISKEN, 2017).

Outro aspecto que contribui para a formação de uma agenda futura de estudos e que se vê mérito em estudar é a necessidade de definir as dimensões da universidade empreendedora e uma forma de mensurá-las no contexto brasileiro e, por meio disso, conceituá-la e caracterizá-la de maneira mais específica dadas as idiosincrasias institucionais a que as universidades estão inseridas. Sendo a universidade empreendedora um conceito polissêmico haja vista a interdisciplinaridade inerente ao tema empreendedorismo, se faz ainda mais relevante compreender a universidade empreendedora como motor de desenvolvimento, ator coletivo de transformação social e não apenas como repositório de conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. et al. Entrepreneurial practices in research-intensive and teaching-led universities. **Small Business Economics**, v. 47, n. 3, 2016, p. 695–717.
- ALTBACH, P. G.; REISBERG, L.; RUMBLEY, L. E. Trends in Global Higher Education: Tracking an Academic Revolution Trends in Global Higher Education. **Higher Education**, 2009.
- ARANHA, E. A.; GARCIA, N. A. P. Dimensões da Universidade Empreendedora na Avaliação da Educação Superior Brasileira. **Revista SODEBRAS**, v. 9, n. 100, 2014.
- BJERREGARD, T.; JONASSON, C. Managing unstable institutional contradictions: the work of becoming. **Organization Studies**, v. 35, n. 10, 2014, p. 1507-1536.
- BERMAN, Elizabeth P. Explaining the move toward the market in US academic science: how institutional logics can change without institutional entrepreneurs. **Theory and Society**, v.41, n. 3, 2012, p. 261-299.
- CAMARERO, Maria, R. C. Dominant logics and the manager's role in university business incubators. **Journal of Business & Industrial Marketing**, v. 32, 2017.
- CHAVES, Vera L. J. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação e Sociedade**, v. 31, n. 111, 2010, p.481–500.
- CLARK, B. R. Sustaining change in universities: Continuities in case studies and concepts. **Tertiary Education and Management**, v. 9, 2003, p. 99-116.
- ETZKOWITZ, Henry. **Entrepreneurial Scientists and Entrepreneurial Universities in American Academic Science**, 1983.
- ETZKOWITZ, H. The norms of entrepreneurial science: cognitive effects of the new university-industry linkages. **Research Policy**, v. 27, 1998, p. 823-833.
- ETZKOWITZ, H.; WEBSTER, A.; GEBHARD, C.; TERRA, B. The future of the university and the university of the future: evolution of ivory tower to entrepreneurial paradigm. **Research Policy**, v. 29, 2000, p. 313–330.
- FINI, R.; TOSCHI, L. Academic logic and corporate entrepreneurial intentions: a study of the interaction between cognitive and institutional factors in new firms. **International Small Business Journal**, 2015, p. 1–23.
- FRIEDLAND, R.; ALFORD R. R. Bringing society back in: Symbols, practices, and institutional contradictions. In: **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. Ed. Walter W. Powell and Paul J. DiMaggio. Chicago: University of Chicago Press. 1991.
- GIMENEZ, F. A. P. Empreendedorismo: bibliografia de artigos publicados em periódicos brasileiros, 2017.
- GREENWOOD, R. et al. Institutional Complexity and Organizational Responses. **The Academy of Management Annals**, v. 5, n. 1, 2011, p. 317– 371.
- GREENWOOD, R.; SUDDBAY, R.; OLIVER, C.; SAHLIN-ANDERSON, K. **The Sage Handbook of Organizational Institutionalism**, 2008.
- GUERRERO, M.; URBANO, D. The development of an entrepreneurial university. **J Technol Transf**, v. 37, 2012, p. 43–74 .
- GUMPORT, P. J.; SNYDMAN, S. K. Higher education: evolving forms and emerging markets. In: Powell WW and Steinberg R (eds) **The nonprofit sector: a research handbook**. New Haven, CT: Yale University Press, 2006.
- JACKALL, Robert. **Moral Mazes, The World of Corporate Managers**. Oxford University Press, 1988.
- LOUNSBURY, Michael. Institutional rationality and practice variation: New directions in the institutional analysis of practice. **Accounting, Organizations and Society**, 2008, p. 349 - 361
- MEYER, V. J.; LOPES, M. C. B. Administrando o imensurável: uma crítica às organizações acadêmicas. **Cadernos Ebape**, v.13, n.1, 2015.

PRUISKEN, Insa. Institutional Logics and Critique in German Academic Science: Studying the Merger of the Karlsruhe Institute of Technology. **Historical Social Research**, v. 42, n. 3, 2017, p. 218-244.

RODRIGUES, L. C.; TONTINI, G. A Universidade Empreendedora: Geração e Transferência de Tecnologia como Fator Agregador. **Revista de Negócios**, v. 2, n. 4, 1997.

RUEF, M.; LOUNSBURY, M. Introduction: The Sociology of Entrepreneurship. **The Sociology of Entrepreneurship**, v. 25, 2007, p. 1-29.

SCHOFER, E.; MEYER, J. W. The worldwide expansion of higher education in the twentieth century. **American Sociological Review**, v.70, 2005, p.898-920.

SCHUGURENSKY, D. In: RHOADS, R. A.; TORRES, C. A. The University, State, and Market: The Political Economy of Globalization in the Americas. **Stanford University Press**, 2006.

SIEGEL, D. S; WRIGHT, M.; LOCKETT, A. The rise of entrepreneurial activity at universities: organizational and societal implications. **Industrial and Corporate Change**, v. 16, n. 4, 2007, p. 489–504.

THORNTON, P. H.; OCASIO, W.; LOUNSBURY, M. Introduction to the Institutional Logics Perspective. **The Institutional Logics Perspective**, 2011, p. 1–19.

THORNTON, P.; CANDACE J; KENNETH K. Institutional Logics and Institutional Change: Transformation in Accounting, Architecture, and Publishing. **Research in the Sociology of Organizations**, v.23, 2005, p. 125 - 170.

THORNTON, Patricia. Markets from Culture: Institutional Logics and Organizational Decisions in Higher Education Publishing. Stanford, CA: **Stanford University Press**, 2004.

THORNTON, P; Ocasio, W. Institutional Logics. In: **The Sage Handbook of Organizational Institutionalism**. Ed. R.Greenwood, C. Oliver, R. Suddaby, K. Sahlin. Los Angeles: Sage Publications, 2008.

VOLLES, B. K.; GOMES, G.; PARISOTTO, I. R. S. Universidade Empreendedora e Transferência de Conhecimento e Tecnologia. **REAd**, v. 86, n. 1, 2017, p. 137 – 155.

YOUNG, M. F. D.; BECK, J. The assault on the professions and the restructuring of academic and professional identities: a Bernsteinian analysis. **British Journal of Sociology of Education**, v. 26, n. 2, 2005, p. 183–197.